

ano 19 - n. 29 | janeiro/junho - 2021  
Belo Horizonte | p. 1-224 | ISSN 1678-1864  
R. do Instituto de Hermenêutica Jur. – RIHJ

**Revista do Instituto de  
HERMENÊUTICA JURÍDICA**

**RIHJ**

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

## **DOCTRINA**

### Artigos

“Eles, os juízes, vistos pela Constituição”: de como o senso comum não tem lugar no *decisum*

<b>Nathalie Kuczura Nedel</b> .....	11
Considerações iniciais.....	12
1    Escolher pelo senso comum ou decidir pelo direito: uma alternativa que não cabe ao julgador .....	13
2 <i>Voluntas legislatoris e voluntas legis</i> : a quem importa a vontade do legislador e da lei? .....	17
3    As decisões proferidas no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o senso comum e a teoria de Streck.....	25
Considerações finais.....	31
Referências .....	34

A hermenêutica diatópica de Boaventura de Sousa Santos como contribuição à cultura precedentalista

<b>Peter Panutto, Jenyffer Bispo Araújo</b> .....	37
1    Introdução .....	38
2    Cultura precedentalista.....	38
3    O processo decisório na criação do precedente .....	41
4    A hermenêutica diatópica de Boaventura como contribuição à cultura precedentalista.....	44
5    Considerações finais.....	48
Referências .....	50

A Sociedade Mont Pèlerin e o Estado Constitucional Brasileiro

<b>Alfredo Copetti Neto, Aline Lima Melo Novais</b> .....	53
Introdução .....	53
1    O que é a Sociedade Mont Pèlerin.....	54
2    As influências da Sociedade Mont Pèlerin no Estado Constitucional Brasileiro .....	56
3    A (in)compatibilidade entre o neoliberalismo e o Estado Constitucional .....	66
Conclusão .....	69
Referências .....	72

Interpretação normativa na Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen: implicações sobre os fenômenos do ativismo judicial e da judicialização da política

<b>Hugo de Brito Machado Segundo, Caio Rodrigues Gonçalves, Ítalo Reis Gonçalves</b> .....	77
1    Introdução .....	78
2    Interpretação normativa a partir da Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen .....	79
2.1    Interpretação autêntica, moldura normativa e vontade do intérprete .....	80
2.2    Interpretação não autêntica e papel do cientista jurídico .....	83

2.3	Breves considerações sobre a teoria hermenêutica de Kelsen .....	84
3	Kelsen, ativismo judicial e judicialização da política no Brasil .....	87
3.1	O ativismo judicial e o decisionismo .....	88
3.2	A judicialização da política e a função jurídico-política do Supremo Tribunal Federal ....	90
4	Considerações finais .....	92
	Referências .....	94

## Mídias digitais, (des)informação e o surgimento de um “novo” direito social

<b>José Luis Bolzan de Moraes, Adriana Martins Ferreira Festugatto</b> .....	97	
1	Introdução .....	97
2	O cenário de guerra informativa na era da internet .....	100
3	A securitização do sujeito pela autocensura das plataformas intermediárias de internet .....	102
4	Novas mídias e regulação estatal ou direito social (?) .....	106
5	A escolha de Sofia, em considerações finais .....	111
	Referências .....	113

## A redução dogmática do direito fundamental à greve: percepções pragmático-sistêmicas

<b>Lucas Reckziegel Weschenfelder, Rodrigo Coimbra Santos</b> .....	117	
1	Introdução .....	117
2	A sociedade e seus sistemas .....	119
2.1	Aspectos basilares da teoria dos sistemas a partir de Luhmann e Habermas .....	119
2.2	Distinção e seleção em países de modernidade tardia .....	124
3	O conceito de greve política aplicado nos dissídios coletivos de greve dos petroleiros e dos trabalhadores da Eletrobras .....	131
3.1	A conceitualização de greve política e as suas distinções mediante argumentação/fundamentação: os enlaces operacionais com o passado e presente .....	131
3.2	Os dissídios coletivos de greve política dos petroleiros e dos trabalhadores da Eletrobras em 2018 .....	137
	Conclusão .....	141
	Referências .....	142

## O caso Ellwanger como precedente da ADO nº 26: decisões racionais ou escolhas a partir de convicções pessoais?

<b>Flávio Barbosa Quinaud Pedron, Renato César de Almeida Loura</b> .....	145	
1	Introdução .....	145
2	A cronologia do caso Ellwanger .....	146
3	Os votos dos ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello .....	149
3.1	A fundamentação do Ministro Gilmar Mendes: o maior peso da dignidade da pessoa humana e os inerentes limites à liberdade de expressão .....	149
3.2	O maior peso da liberdade de expressão como vetor de construção de uma sociedade livre e plural: os argumentos do Ministro Marco Aurélio Mello .....	151
4	A ADO nº 26 .....	154
5	Decisões dotadas de racionalidade ou perigosas escolhas a partir de convicções pessoais? .....	157
6	Considerações finais .....	161
	Referências .....	163

O dever de proteger as minorias e o posicionamento contramajoritário do STF:  
o compromisso democrático do direito brasileiro

<b>Joana D'Arc Dias Martins, Maria de Fátima Ribeiro</b> .....	167
Introdução .....	167
1    Quem são as minorias?.....	168
2    Constitucionalismo e democracia: dois símbolos em aparente tensão.....	171
3    Proteção constitucional das minorias à luz do posicionamento contramajoritário do STF: direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana.....	175
Considerações finais .....	181
Referências .....	183

A responsabilidade pessoal nas infrações tributárias

<b>Douglas Barcelo do Prado, Heitor Romero Marques</b> .....	185
1    Introdução .....	185
2    Da obrigação tributária .....	187
2.1    Sujeito ativo e sujeito passivo .....	187
2.2    Objeto e causa da obrigação tributária .....	189
2.3    Domicílio tributário .....	190
3    Responsabilidade tributária .....	192
3.1    Contribuinte x responsável .....	192
3.2    Responsabilidade pessoal x responsabilidade subsidiária .....	194
3.3    Responsabilidade por substituição x responsabilidade por transferência .....	195
4    Responsabilidade por infrações .....	197
4.1    Responsabilidade objetiva .....	197
4.2    Responsabilidade pessoal do agente.....	199
5    Considerações finais .....	201
Referências .....	203

A função social da propriedade rural no Supremo Tribunal Federal em contexto  
de esbulho possessório: uma análise hermenêutica

<b>Márcia Haydée Porto Carvalho, Tamara Luiza Dall Agnol Pinto</b> .....	205
1    Introdução .....	206
2    Breves apontamentos da hermenêutica jurídica .....	207
3    Facetas da função social da propriedade .....	210
4    Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – Mandado de Segurança nº 32.752/DF.....	213
5    Considerações finais .....	220
Referências .....	221

Instruções para os autores.....	223
---------------------------------	-----